

Capítulo 6

Primeiros passos na aquisição da sintaxe: o sintagma nominal

Letícia M. Sicuro Corrêa

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Laboratório de Psicolinguística e Aquisição da Linguagem (LAPAL)

Marina R. A. Augusto

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Laboratório de Psicolinguística e Aquisição da Linguagem (LAPAL)

1 Introdução

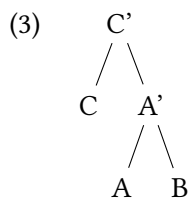
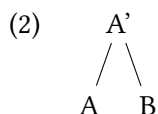
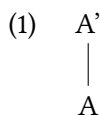
A aquisição da sintaxe torna-se evidente quando a criança começa a combinar duas ou mais palavras em enunciados aos quais se atribui um sentido. Crianças, não importa a língua que estejam a adquirir, seguem um curso de desenvolvimento comum, compondo enunciados cada vez mais complexos (cf. Bowerman 1973). Quando se pensa na aquisição da sintaxe, podemos, então, considerar o curso natural por que passam crianças na aquisição de qualquer língua humana, em função de um programa biológico, o qual possibilita a combinação de unidades de um léxico em estruturas nas quais esses elementos se relacionam de forma hierárquica.

Cada língua possui um léxico e durante o primeiro ano de vida a criança extrai dos dados da fala “pistas” que lhe permitam “recortar” o fluxo da fala a ela dirigida e à sua volta, em unidades que possibilitem a identificação de unidades lexicais. Os elementos do léxico das diferentes línguas se distinguem não só no que diz respeito às suas propriedades fonológicas (sua forma fônica) e às suas propriedades semânticas (que podem decorrer de diferentes recortes de ordem conceptual). Variam também em suas propriedades sintáticas, que dizem respeito ao modo como



estes se combinam de forma estruturada em enunciados. Nesse sentido, os primeiros passos na aquisição da sintaxe irão refletir não só o desdobramento do programa biológico comum, mas o resultado de um processo de identificação do que há de específico em uma dada língua, a partir dos dados da fala que à criança se apresentam.

Este capítulo tem como foco os primeiros passos desse processo, no que concerne ao que tradicionalmente é denominado *sintagma nominal*. Sintagmas ou constituintes oracionais são unidades sintáticas que compõem a estrutura hierárquica de sentenças¹ das línguas naturais. O prefixo grego *sin-* (que significa “junto com”, “ao mesmo tempo”), também presente em sintaxe, indica tratar-se de unidades cujos elementos se relacionam entre si e/ou que se juntam a outras, compondo, desse modo, unidades maiores. Sintagmas podem ser constituídos de um ou mais elementos, com um núcleo, pertencente a uma dada categoria do léxico. O núcleo projeta suas propriedades sintáticas a um nó dominante na estrutura criada. Em (1), A é um núcleo não ramificado, que projeta suas propriedades para uma camada mais alta A'. Em (2), A é um núcleo que se combina com B e o tem como seu complemento. Tem-se, então uma estrutura em que A projeta suas propriedades sintáticas para o nó A', que domina A e B. Em (3), C é um núcleo que toma A' como seu complemento. Tem-se, então uma estrutura em que C projeta suas propriedades sintáticas para o nó C', que domina C e A'.



¹ “Sentença” é o termo utilizado, no Brasil, particularmente por linguistas de orientação generativista, como equivalente ao que a gramática tradicional denomina “período” e “oração”. “Sentença” e “oração” podem, contudo, ser utilizados de forma intercambiada, ou a utilização de um ou de outro pode ser preferida em alguns contextos ou expressões (ex. Oração principal, oração relativa, sentenças simples e complexas).

Toda sentença pode ser descrita em seus constituintes básicos, ou seja, as unidades sintagmáticas definidas a partir do elemento nuclear que as compõe. Tradicionalmente, os núcleos lexicais, Nome, Verbo, Adjetivo e Preposição foram tomados como os constituintes básicos da oração, formando respectivamente, os sintagmas nominal (NP), verbal (VP), adjetival (AdjP) e preposicional (PP).²

Assim, na gramática tradicional, nos primeiros modelos de gramática gerativa, em descrições gramaticais pouco comprometidas com uma dada teoria linguística, ou mesmo na literatura psicolinguística, de um modo geral, denominam-se sintagmas nominais (NPs), os constituintes que ocupam as posições de sujeito, de complemento de verbo (como objeto direto) e de complemento de preposição, com diferentes funções sintáticas (como objeto indireto, complemento nominal, adjunto adnominal, adjunto adverbial). Estes incluem minimamente um nome (comum ou próprio) ou exclusivamente um pronome pessoal, como **eu**, **ele/a**, por exemplo. Podem ainda incluir, além do nome, outros elementos como determinantes (**a/esta/aquela** menina), adjetivos (**a** menina **alta**), sintagmas preposicionais (PP) (**a** menina **de chapéu**; **a** construção **da cidade**) e orações relativas (o menino **que chegou**).

Diante de uma língua específica, a criança terá de inicialmente delimitar os constituintes nominais no fluxo da fala e sua posição relativa em relação ao verbo, em função da ordem em que se apresentam e da relação semântica que com este mantêm (de argumento interno – complemento do verbo; ou externo, que assume a posição de sujeito na estrutura da oração). Já internamente, no domínio nominal, a criança terá de identificar os determinantes que se apresentam, a posição do nome em relação ao determinante, do adjetivo em relação ao nome, os tipos de distinção conceptual que a língua expressa gramaticalmente em morfemas flexionais, como gênero, número, no português, distinções de pessoa que se fazem visíveis no sistema pronominal, além de distinções sutis, de natureza semântica e referencial como definitude, genericidade, que podem requerer uma sintaxe específica, dentre outras.

O domínio nominal se faz presente, na fala da criança, desde os primeiros enunciados linguísticos. Substantivos (nomes) comuns tendem a ser predominantes em enunciados de uma palavra, independentemente da língua em questão, nomeando objetos, pessoas ou classes de elementos de um mesmo tipo (Gentner & Boroditsky 2001).

As primeiras combinações de palavras trazem uma variedade de possibilidades

² Seguimos a convenção de utilizarem-se as siglas originárias do inglês VP (Verbal Phrase), para sintagma verbal, NP (Noun Phrase) para sintagma nominal, PP (Prepositional Phrase) para sintagma preposicional etc.

sugestivas de uma estrutura na qual um constituinte de natureza nominal se faz presente, e em que a ordem das palavras/constituintes da língua já é observada. Os exemplos em (4), extraídos do clássico estudo longitudinal da aquisição do inglês por três crianças (Brown 1973), são ilustrativos do Estádio 1 do desenvolvimento linguístico em uma escala definida pelo número de morfemas (MLU – *Mean Length of Utterance*).

- (4) *This train; No More; Birdie go; Push truck; Man hat; Water hot; Kim car;*
(MLU 1,75)

Tem-se, em (4), um exemplo de NP pleno (*This car*), elíptico (*No more X*), na forma de nome próprio (*Birdie*), com estrutura possessiva (*Kim car*), como sujeito (*Birdie go; Daddy kiss*), e como complemento de verbo (*push truck*).

Observações semelhantes podem ser feitas nos dados da fala espontânea de crianças que adquirem diversas línguas, como os registrados no CHILDES,³ e em diferentes acervos. No Estádio 2 (MLU 2.25), constata-se, nos dados de Brown, a presença de morfema de concordância de número plural no NP (*my cars*).

Relações de concordância decorrem do fato de palavras que se combinam em uma estrutura hierárquica compartilharem traços ou propriedades de natureza sintática (traços formais). O modo como essas relações se expressam na morfologia é, entretanto, algo que a criança tem de perceber e representar na gramática da língua específica que está a adquirir. Em português, por exemplo, a concordância de número (singular; plural) e a concordância de gênero (masculino; feminino) no interior do SN têm, basicamente, expressão morfológica no determinante, no nome e em adjetivos (5). O gênero e o número do sujeito da sentença também são, em tese, morfológicamente expressos no predicativo, em construções de cópula (6). Em algumas variantes, a expressão morfológica de número pode, não obstante, ficar restrita ao determinante, estando ausente no nome, em adjetivos (ex. Os menino esperto) e em construções de cópula (ex. Os menino é esperto).

- (5) O(s)/A(s) menino(s)/a(s) esperto/a(s).

- (6) Este(s)/Esta(s) menino(s)/a(s) é(são) esperto(s)/a(s).

A pessoa gramatical do SN sujeito pode ter reflexo na morfologia flexional. Em português, a pessoa e o número do constituinte nominal sujeito determinam a expressão morfológica de pessoa e número do verbo, em função da relação de concordância que se estabelece. Por volta dos dois anos de idade, crianças

³ CHILDES (*Child Language Data Exchange System*): banco de dados da produção de fala de crianças em diferentes línguas, acessível em <http://chil提高psu.edu>.

adquirindo o português fazem distinções entre 1ª e 3ª pessoa gramatical que repercutem no verbo (*Quero/Quer*, por exemplo) (Martins 2007). Em línguas de sujeito nulo, como o português (i.e em que a posição de sujeito pode não ser lexicalmente preenchida como em (7 – 9)), a informação relativa a pessoa e número pode ser exclusivamente expressa no verbo (como a 1ª pessoa em (8) e a 3ª pessoa em (9)). Assim sendo, propriedades do nome (como gênero, por exemplo) ou do sintagma nominal como um todo podem ser identificadas sob pressuposto da concordância (determinante-nome; sujeito-verbo).

(7) Choveu ontem

(8) Comemos todo o bolo.

(9) Entraram na sala.

Em inglês, a concordância sujeito-verbo se expressa unicamente na morfologia da 3ª pessoa do singular de verbos no presente (*he speaks*). Há evidência de que no Estádio 4 da escala de Brown o sintagma nominal sujeito já foi percebido como o elemento que determina a morfologia flexional do verbo (relativa a pessoa e número). Em línguas como o árabe e o hebraico, por exemplo, gênero é outra propriedade do sintagma nominal sujeito que tem expressão na morfologia do verbo.

Constata-se, assim, que, as propriedades sintáticas de elementos dos constituintes nominais em uma dada língua têm de ser identificadas no curso da aquisição da linguagem. Sua expressão morfológica em relações de concordância pode ser instrumental nesse processo.

Neste capítulo, a aquisição da sintaxe, no que diz respeito ao sintagma nominal, dá-se particular destaque à aquisição de informação pertinente à gênero, número e pessoa gramatical, que transcorre nos primeiros anos de vida, e pode ser afetada no caso de comprometimentos do desenvolvimento linguístico.

As principais perguntas aqui formuladas são: Qual seria o ponto de partida da criança para identificar as propriedades gramaticalmente relevantes na língua no que concerne ao sintagma nominal? Como esse processo transcorre? O que pode dificultá-lo? Nas secções que seguem, considerações teóricas e evidências empíricas são trazidas, as quais buscam clarificar essas questões.

2 Sobre o ponto de partida da criança

Quando se considera a aquisição da linguagem, o problema que se apresenta inicialmente é: o que precisa ser, de fato, adquirido? O que decorre da constituição

biológica e do modo de funcionamento do cérebro humano, com repercussão na maneira como enunciados linguísticos são percebidos e processados?

Teorias da aquisição da linguagem variam quanto ao que consideram que tem de ser adquirido preponderantemente a partir do *input* (dados) que a comunidade linguística fornece à criança. Em abordagens que assumem uma faculdade de linguagem que restringe as possibilidades de análise dos dados da fala pela criança, aquilo que é comum às línguas humanas e ao seu modo de funcionamento não tem de ser aprendido em sentido estrito ou adquirido em função da exposição a uma língua específica. Cabe à criança extrair dos dados linguísticos apenas o que é específico da língua em aquisição. Segundo essa visão, a criança não teria, portanto, de descobrir o que são sintagmas, como podem ser constituídos nem o fato de que mantêm entre si uma relação hierárquica, dado que isso se aplica a qualquer língua humana. Essas unidades e o modo de operação das línguas seriam reflexo do modo como o cérebro humano se constituiu filogeneticamente e se desenvolve ontogeneticamente em um aparato que percebe e processa (transforma) os dados da fala que se apresentam.

Ainda, segundo esse tipo de abordagem, a criança não teria de descobrir que os elementos do léxico podem ser organizados em categorias (como as classes de palavras, por exemplo), pois isso está intimamente relacionado à constituição do aparato cognitivo do ser humano. Caberia à criança identificar, nos dados da fala, os elementos que compõem as possíveis categorias do léxico, o modo como esses elementos podem ser combinados e ordenados linearmente em uma dada língua, as distinções de ordem conceptual e intencional (tais como gênero, número, pessoa) que a língua em questão toma como gramaticalmente relevantes e como essas distinções são expressas na morfologia.⁴

Em outras abordagens, a criança dispõe de um poderoso mecanismo de aprendizagem que lhe permite adquirir conhecimento de diferentes tipos, inclusive o linguístico, por meio do reconhecimento de padrões regulares e procedimentos de natureza probabilística, que podem ser comuns a diferentes domínios da cognição (Kuhl 2010).

Neste capítulo, partimos do pressuposto de que o ser humano é biologicamente predisposto a perceber e a analisar os dados da fala de modo tal que aquilo que é comum às línguas humanas não precisa ser objeto de aquisição. As operações que possibilitam combinar elementos do léxico em sintagmas não teriam de ser especificamente adquiridas. Fariam parte do que pode ser denominado sistema computacional linguístico, comum aos seres humanos (Chomsky 2005). Estas opera-

⁴ Em geral, as abordagens para a aquisição da linguagem diretamente vinculadas à teoria linguística generativista partem desses pressupostos.

ções seriam postas em funcionamento tão logo o léxico a ser adquirido, mediante contato com uma dada língua, fosse minimamente constituído. A constituição do léxico pode, no entanto, fazer uso de procedimentos de natureza estatística. O resultado dessa análise serve como uma interface entre o que está acessível à percepção e o que é representado como conhecimento linguístico. A criança estaria predisposta a identificar, no fluxo da fala que toma como *input*, o tipo de informação (prosódica, distribucional) que lhe permite delimitar fronteiras sintagmáticas e lexicais, e a constituir um léxico com classes diferenciadas, com as propriedades específicas da língua em aquisição ((Morgan & Demuth 1996). Estas incluem as propriedades relativas ao modo como elementos dessas classes podem ser combinados em estruturas hierárquicas (sintagmas) (Corrêa 2014).

Note-se que é na morfologia e na ordenação dos sintagmas de uma sentença que o que há de sistemático na língua se apresenta na forma de padrões recorrentes que podem ser captados na percepção e na análise do estímulo linguístico. O processamento do sinal na fala, nessa fase inicial, mostra-se, portanto, crucial para a aquisição da sintaxe.

Em suma, a aquisição de uma língua materna consiste, basicamente, da constituição de um léxico - base de dados que se mantém em uma memória de longo-prazo, cujos itens podem ser entendidos como as palavras e os morfemas de uma dada língua, a serem combinados de forma a dar origem a enunciados que expressam pensamentos e intenções. Para isso, na aquisição da sintaxe de uma língua em particular, a criança tem de identificar as propriedades dos elementos do léxico que definem o modo como estes podem ser combinados nas unidades sintáticas. Essa identificação começa a ser feita a partir dos padrões recorrentes que o infante é capaz de detectar nos enunciados que a ele se apresentam, dada a faculdade de linguagem que orienta esse processo.

A transição entre a percepção e a análise de informação veiculada no que pode ser entendido como uma interface fônica entre a língua interna que se desenvolve na mente/cérebro do bebê e os sistemas envolvidos na compreensão e na produção de enunciados linguísticos ainda é bastante obscura. No entanto, a pesquisa linguística tem apontado a importância dos chamados *elementos funcionais* para a representação das propriedades sintaticamente relevantes na língua interna. A pesquisa psicolinguística, por sua vez, tem salientado a relevância da sensibilidade dos bebês a itens funcionais, seu papel na delimitação de constituintes na percepção da fala e na condução da análise sintática no domínio nominal.

Assim sendo, para entendermos o processo que possibilita à criança dar os primeiros passos na aquisição da sintaxe, é necessário distinguir as categorias básicas do léxico das línguas humanas.

3 Categorias do léxico e o sintagma determinante

Podemos pensar que os elementos do léxico das línguas humanas se distinguem em duas categorias básicas, cujas especificações levam a distinções mais refinadas. As categorias básicas têm sido caracterizadas como *classe aberta* e *fechada* em função de sua possibilidade de expansão (a primeira admite a inclusão de novos itens, ao longo da vida do indivíduo; a segunda contém poucos elementos adquiridos nos primeiros anos de vida). Essas classes também podem ser definidas em função do tipo e da quantidade de informação que seus elementos predominantemente contêm, como *palavras de conteúdo* (elementos ricos de informação semântica de natureza conceitual, como os nomes, verbos, adjetivos) e *palavras gramaticais* (elementos com pouca informação de ordem estritamente semântica, i.e., que veiculam informação de natureza gramatical, como os artigos e conectivos, por exemplo).

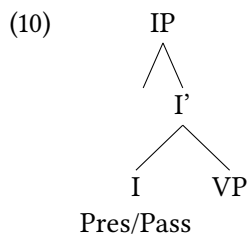
No contexto de teorias linguísticas contemporâneas, as classes a que os elementos do léxico pertencem, numa primeira distribuição, são denominadas *categorias lexicais* e *funcionais*. As primeiras incluem predicadores, i.e. elementos que podem atribuir papel temático a seus argumentos (como nome, verbo, adjetivo por exemplo), os quais correspondem grosso modo aos elementos do que se denomina *classe aberta*, ou de *conteúdo*. As categorias funcionais, por sua vez, são fechadas e incluem elementos de natureza essencialmente gramatical (como os artigos, os verbos auxiliares, os afixos flexionais, que resultam de concordância, assim como os classificadores, comuns em línguas indígenas e em línguas orientais). Essa distinção é particularmente útil para o entendimento do processo de constituição do léxico e de aquisição da sintaxe, uma vez que os elementos que pertencem às categorias funcionais contêm grande parte da informação gramaticalmente relevante, que é expressa de forma sistemática (em elementos de alta frequência, com propriedades comuns e distribuição regular), tornando-se acessível a processos de identificação de padrões na fase inicial da aquisição de uma língua.

Na teoria generativista mais recente, os constituintes básicos da oração passaram a ser vistos como constituintes nucleados por elementos funcionais, como determinantes, por exemplo, ou pertencentes a projeções estendidas de natureza funcional. Uma série de argumentos de ordem sintática, na direção de conciliar a universalidade das propriedades das línguas humanas com o que há de específico de cada uma delas (Chomsky 1965), levou à caracterização de um núcleo funcional I (de *inflection*), tomado como responsável pela informação gramatical relativa a *tempo*, *número* e *pessoa* no verbo, tendo o sintagma verbal (VP) como

complemento. A projeção de I como IP (de *inflectional phrase*) passou então a caracterizar o domínio verbal de sentenças (Chomsky 1981) (veja-se a esquematização em (10)).⁵ Posteriormente, argumentos sintáticos, aliados à busca por consistência e simplicidade na formalização de gramáticas, levaram à caracterização do domínio nominal da sentença, tendo D como núcleo funcional (Abney 1987; Coene & D'hulst 2003).⁶

O item funcional *determinante* passa então a definir o domínio nominal da oração e tem o sintagma nominal (nucleado pelo nome) como seu complemento. Sintagmas determinantes (DPs) ocupam, portanto, as posições de sujeito, de complemento de verbo e de complemento de preposição. Veremos que essa alteração descritiva em muito contribuiu para o entendimento da aquisição da sintaxe.

D inclui artigos, pronomes demonstrativos, indefinidos⁷ e pronomes pessoais, esses últimos equivalentes à projeção máxima DP, não ramificada (11). D, em DPs ramificados, tem, como complemento, um NP (tendo como núcleo o nome) (12), ou projeções intermediárias que podem codificar informação gramatical relativa, por exemplo, a posse (PossP) (como em o meu carro), assim como a número (NumP) e a gênero (GenP) como veremos adiante.⁸

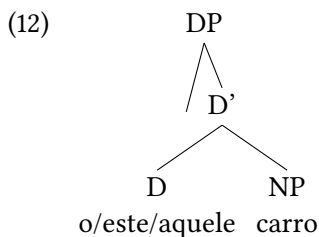
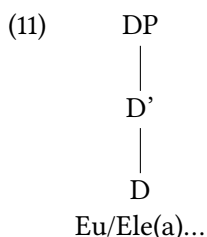


⁵ Com desenvolvimentos subsequentes da teoria, o nó IP foi implodido em TP e AgrP (Pollock 1989), sendo que este último foi eliminado nas versões mais recentes do gerativismo (Chomsky 1995).

⁶ Atualmente, tem-se, como básicos na estrutura de sentenças, os núcleos funcionais C (complementizador – complementador, em Português Europeu), com a projeção CP definindo o domínio sentencial ou oracional; o núcleo T (Tempo), com a projeção TP definindo o domínio verbal e o núcleo D (determinante), e sua projeção DP, definindo o domínio nominal (Chomsky 1995).

⁷ Os pronomes indefinidos são usualmente caracterizados por sua denominação semântica de quantificador.

⁸ Também no domínio verbal, projeções como AspP, para aspecto verbal, MoodP para modo podem ser concebidas como intermediárias entre TP e VP em determinadas línguas.



Note-se que as projeções funcionais codificam informação pertinente ao estabelecimento da referência pelo falante. No que concerne especificamente ao DP, diferentes tipos de referência podem ser codificados, como a referência definida (*o(s)*, *este(s)*...), indefinida (*um(s)*, *algum(s)*...), específica (*o(s) aluno(s) que entrou/ram na sala*), assim como a referência genérica (*O(s) elefante(s) é(são) mamíferos*); *Elefante é mamífero* (também possível em PB), cuja interpretação requer informação adicional de outros elementos da sentença, como o aspecto verbal.

Veremos que analisar os sintagmas que ocupam as posições de sujeito, de complemento de verbos e de preposições como DPs, i.e. unidades sintáticas que têm como núcleo um determinante, contribui para que se explique a aquisição de informação gramatical relativa a gênero, número e pessoa já nos primeiros anos de vida.

Há ainda, no entanto, alguma controvérsia no estudo da aquisição da linguagem, quanto à disponibilidade de categorias funcionais do léxico na gramática ou língua interna da criança de tenra idade, uma vez que os dados da produção espontânea da fala por crianças nos primeiros estádios da aquisição da linguagem (remetendo a Brown 1973) demonstram que elementos funcionais estão, em geral, ausentes.

A próxima seção traz um breve histórico do tratamento dado à aquisição da linguagem de modo a contextualizar essa controvérsia e a justificar a opção que aqui fazemos pela descrição do domínio nominal da sentença como DP, para caracterizar os primeiros passos da criança na aquisição da sintaxe.

4 Breve histórico, controvérsia e os estados iniciais da língua interna

A aquisição da língua materna começa, a rigor, assim que o bebê capta os contornos prosódicos da fala da mãe, quando ainda em fase intrauterina. Ao nascer, os dados da fala dirigida ao bebê assim como da fala à sua volta são, por ele/a, captados de forma mais direta e o processo de aquisição da língua materna se intensifica. O primeiro ano de vida do bebê é fundamental para a configuração das conexões neuronais em seu cérebro e, em particular, para a configuração do que irá constituir-se como conhecimento linguístico ou língua interna. Ao fim desse primeiro ano, não só algumas palavras podem ser recortadas no fluxo da fala captado pelo bebê, como combinações de unidade do léxico em sintagmas começam a ser por ele/a processadas. Assim, quando a criança começa a falar, em meados do segundo ano de vida, muito da sintaxe da língua já foi adquirido.

O estudo da aquisição da linguagem foi, não obstante, tradicionalmente conduzido a partir de registros diários de dados da fala da criança ((Stern & Stern 1907; Leopold 1949). A partir da segunda metade do século XX, estudos longitudinais já motivados pela formulação do problema da aquisição da linguagem na teoria linguística (Chomsky 1965), passaram a ser conduzidos com dados da fala espontânea de crianças coletados em intervalos regulares (semanal, quinzenalmente, por exemplo) (Braine 1963; McNeill 1966; Brown 1973). Os primeiros estados do processo de aquisição da sintaxe foram, portanto, caracterizados com base em dados da produção da fala. Os experimentos psicolinguísticos criados para investigar se/como a criança analisa sintaticamente enunciados linguísticos, motivados pela pesquisa linguística, foram também tradicionalmente conduzidos em um momento já relativamente avançado do processo de aquisição da língua materna, no qual crianças podem desempenhar tarefas como as de identificação de imagens ou de manipulação de brinquedos a partir de enunciados linguísticos. Assim sendo, os primeiros 18 meses de vida da criança não eram vistos como particularmente informativos no que diz respeito à aquisição da sintaxe.

No que concerne à produção inicial, desde o estudo longitudinal de Brown (1973), se tem observado que os elementos funcionais (exceto os demonstrativos) estão, em geral, ausentes da fala da criança. Em inglês, seu uso é observado de forma consistente no estágio V do desenvolvimento, em que a média dos morfemas por sentença (MLU) é 4,0. A omissão de elementos funcionais na fala inicial da criança tem sido reiteradamente atestada em inglês (Bloom 1993) constatada em uma variedade de línguas (cf. Clahsen 1990, para o alemão; Marinis 2000, para o grego; Faria 1993, para o português europeu (PE); Lopes 2003, para o português

brasileiro (PB)), o que dá margem a controvérsias no que diz respeito ao que atribuir ao léxico em constituição. Ou seja, podemos considerar que os constituintes de natureza nominal produzidos podem ser descritos como DPs (sintagmas nucleados pelo elemento funcional D) ou teríamos NPs como a projeção máxima no domínio nominal nos primeiros estados da língua interna da criança? Em outras palavras, categorias funcionais estariam disponíveis na fase inicial da aquisição da linguagem e seriam instrumentais aos primeiros passos da criança na aquisição da sintaxe ou não?

A ausência ou uso ocasional de formas flexionadas e de determinantes pela criança foi tomada por uma ampla gama de pesquisadores como evidência de que a gramática inicial não apresentaria categorias funcionais (Guilfoyle & Noonan 1988; Labeaux 1988; Platzack 1990; Radford 1990). Para outros, diferentes categorias funcionais teriam desenvolvimento diferenciado (Clahsen 1990; Meisel & Müller 1992). Por outro lado, análises de dados obtidos com línguas diferentes do inglês (como o italiano e o francês, por exemplo) (Hyams 1992) assim como análises alternativas de dados do alemão (Poeppel & Wexler 1993) e do próprio inglês (Hyams 1992; 2001) levaram à conclusão oposta. Evidências relativas ao posicionamento de verbos e advérbios, por exemplo, em conformidade com a gramática do adulto, indicam ser necessário atribuir à gramática da criança categorias funcionais, a despeito das omissões atestadas. Essa conclusão vem ao encontro do que revelam resultados de experimentos sobre a sensibilidade a elementos funcionais na percepção da fala já no primeiro ano de vida.

Nas últimas duas décadas, resultados de pesquisa sobre a sensibilidade de bebês a propriedades prosódicas e distribucionais dos dados linguísticos, muito antes de serem capazes de articular e combinar palavras, deram novo impulso ao estudo da aquisição da sintaxe (cf. Morgan & Demuth 1996; Weissenborn & Höhle 2001). Técnicas experimentais foram desenvolvidas com vistas a se obterem dados reveladores do tipo de distinção linguisticamente relevante que o bebê é capaz de fazer. Com base nesse tipo de pesquisa, constatou-se que bebês de 1 a 4 dias distinguem propriedades estritamente fônicas que possibilitam a formação de classes fechadas (funcionais) e abertas (lexicais) em línguas tão diferentes quanto o inglês, o mandarim e o turco (Morgan et al. 1996). Essa habilidade precoce torna plausível a constituição do léxico com classes formalmente distintas, bem antes de distinções semânticas ou gramaticais serem estabelecidas, se assumirmos que o ser humano representa padrões detectados nos sons da fala como relevantes para a identificação da gramática de uma língua natural.

Por volta dos 10 meses de idade, pelo menos uma classe composta por itens funcionais e seu complemento (palavras de classe aberta) parecem estar repre-

sentados no léxico em desenvolvimento. Nessa idade, o bebê mostra-se sensível a alterações na forma fônica de elementos funcionais de sua língua materna no fluxo da fala (em prosa normal) – como evidenciam resultados comportamentais obtidos em inglês por meio da técnica da escuta preferencial (*Headturn Preference Procedure*, HPP) (Shady 1996), assim como com base em respostas eletrofisiológicas do cérebro captadas por meio de eletroencefalografia (Shafer et al. 1998). Resultados obtidos em PB apontam para uma sensibilidade precoce a alterações na forma fônica de determinantes (Name 2002; Name & Corrêa 2003), habilidade crucial para a delimitação de nomes (Name 2008), assim como de adjetivos, o que já pode ser verificado em crianças de 13 meses (Waxman 2006 em inglês; Teixeira & Corrêa 2008, em PB).

No que diz respeito especificamente à análise, por parte de crianças de tenra idade, do que é tradicionalmente apresentado como NP, os resultados de estudo conduzido no alemão, com crianças de 11 a 12 meses de idade são particularmente reveladores ((Höhle & Weissenborn 2000; Höhle et al. 2002). Um grupo de bebês foi familiarizado com sequências D N (monossilábico), do tipo *der Kahn* [o barco]; *das Tor* [o portão], e outro grupo com nomes dissílabos como *Vulkan* e *Pastor*, cujas segundas sílabas são semelhantes aos nomes monossilábicos da outra condição experimental. Em seguida, novas sequências foram apresentadas, em que o segundo elemento era o nome monossilábico/segunda sílaba de nome dissílabo apresentado inicialmente, precedido por outro determinante da língua. Bebês familiarizados com sequências D N (monossilábico) têm comportamento distinto do grupo familiarizado com nome dissílabo, ou seja, somente os primeiros parecem reconhecer N nas novas sequências apresentadas. Esses resultados são sugestivos de que as crianças não estão reconhecendo sílabas e sim nomes monossilábicos, analisados como tal em função da presença de um determinante da língua. Bem antes, portanto, de crianças incluírem determinantes em seus enunciados, esses elementos lhes são instrumentais na delimitação e na aquisição de palavras de classe aberta, assim como na delimitação de sintagmas.

Em suma, há evidências de que elementos funcionais, determinantes em particular, podem estar disponíveis para o processamento sintático ao fim do primeiro ano de vida da criança. Diante dos argumentos linguísticos para que D seja tomado como núcleo do domínio nominal nas línguas humanas e das evidências empíricas que sugerem a delimitação precoce de classes de elementos funcionais e seu papel no processamento sintático inicial, podemos dizer que os primeiros passos da aquisição da sintaxe nesse domínio envolvem a segmentação, a análise e a representação de DPs. Isso não significa que as propriedades sintáticas/semânticas de categorias funcionais tenham sido identificadas. O de-

envolvimento linguístico a partir do segundo ano de vida deverá propiciar a progressiva especificação das propriedades dos elementos funcionais da língua.

Uma vez que o léxico começa a se organizar em termos de classes fechadas (elementos funcionais) e abertas (elementos lexicais), elementos dessas classes podem ser combinados sintaticamente. Assim sendo, as operações sintáticas comuns às línguas humanas podem ser instrumentais para a aquisição do que é específico de cada língua.

Nas próximas seções, argumentamos que o fato de elementos sintaticamente combinados manterem relações de concordância,⁹ com repercussão na morfologia, flexional, pode ser instrumental para a identificação da informação gramaticalmente relevante relativa a gênero, número e pessoa, que caracteriza o domínio nominal.

5 Concordância no DP e a aquisição de gênero e número no português

Gênero e número podem ser caracterizados como propriedades sintáticas ou traços formais de elementos do léxico. Em línguas nas quais nomes são atribuídos a diferentes classes de gênero (como masculino e feminino em português, espanhol, francês; masculino, feminino e neutro, em alemão; comum e neutro no holandês, por exemplo) e DPs podem expressar distinções pertinentes a número (singular, plural em português e em grande parte das línguas humanas; singular, dual, plural, como no alto sórbio (língua eslava falada na Alemanha); singular, paucal, plural, como em kaiapó (língua indígena brasileira), Corbett 2000), a criança tem de identificar os valores que gênero e número podem assumir na língua em aquisição e como isso reflete na expressão morfológica da concordância.

Em português, o gênero do nome é identificável no determinante, pelo morfema de feminino *-a* (nos artigos *o/-a/*; *um/um-a*; nos demonstrativos (*este/esta*; *esse/essa*; *aquele/aquel-a*, nos quantificadores, como *algum/algum-a*; e pronome de 3ª pessoa *ele/el-a*). Embora haja certa correlação entre gênero masculino e a terminação (vogal temática) *-o/* de nomes (**o** carro; **o** barco), assim como entre gênero feminino e a vogal temática *-a* de nomes (**a** rosa; **a** bola), é no determi-

⁹ Usamos o termo concordância de forma genérica para operações sintáticas denominadas *Agree* e *Concord* (exclusiva do domínio nominal) na teoria linguística, por meio das quais as propriedades sintáticas de elementos do léxico que deverão compor sintagmas são emparelhadas na derivação de sentenças, o que pode ser refletido na presença de morfemas flexionais. Tal como as demais operações sintáticas, estas não seriam específicas de uma língua e, portanto, não teriam de ser aprendidas.

nante que a informação relativa a gênero é confiável. Observamos em (13) que há nomes masculinos com vogal temática *-a*, femininos, com vogal temática *-o*, contrariando aquela correlação e diferentes terminações no nome que não possibilitariam prever seu gênero.

- (13) o cometa (masc.); a tribo (fem.); o pente (masc.); a lente (fem.); o jacaré (masc.); a maré (fem.); o mar (masc.); a flor (fem.)

O gênero gramatical pode ser *intrínseco*, i.e. uma propriedade do nome, como é o caso dos nomes inanimados em (13) e de raros nomes animados em (14), cujo gênero independe do sexo do referente do DP.

- (14) a vítima (fem.); a testemunha (fem.); o cônjuge (masc.); o soprano (masc.)

O gênero gramatical também pode ser *opcional*, quando informa o gênero (sexo) do referente animado de um DP em línguas como o português.¹⁰ Por essa razão, é possível dizer que uma projeção funcional intermediária (GenP) toma o NP como complemento, definindo o gênero assumido pelo nome (Picallo 1991). Nesse caso, o nome pode ser flexionado em gênero (15) ou pode ser invariante quanto ao gênero (16).

- (15) o menino/a menina; o gato/a gata

- (16) o/a dentista; o/a repórter

O gênero masculino de nomes animados com gênero opcional é a forma não-marcada em português. Pode ser usada na referência genérica ou na referência definida e indefinida a indivíduos de ambos os sexos (*o gato é um animal doméstico; os/uns alunos conversavam na sala*). Quando se faz referência definida/indefinida exclusiva a indivíduos do sexo feminino, há necessariamente flexão de gênero, por meio do morfema *-a*, seja no determinante e no nome (como em (15)) ou apenas no determinante (como em (16)). Por essa razão, diz-se que o gênero opcional feminino é uma forma marcada na língua.¹¹ É interessante observar, nesse ponto, que crianças de 22 meses que adquirem PB parecem ser sensíveis a essa distinção. Em tarefa de identificação de imagens, tenderam escolher consistentemente figuras femininas para nomes flexionados em gênero (como a macac-a). Mas para as

¹⁰ Há línguas em que outras distinções conceituais diferentes de gênero natural ou sexo podem ser codificadas no gênero gramatical (classes de nomes), como a classe de nomes que designam animais comestíveis ou insetos e a classe de nomes que designam alimentos vegetais, por exemplo, com reflexo na concordância, como em Maranungku da Austrália (Greenberg 1978).

¹¹ Há ainda formas derivadas de gênero feminino, como em *rapaz/rapariga; ator/atriz*.

formas masculinas (não marcadas em gênero), tanto figuras masculinas quanto femininas foram escolhidas (Augusto & Corrêa 2005).

No interior do DP (17), assim como em construções de cópula (18), adjetivos flexionados e formas participiais expressam morfológicamente o gênero do nome/DP.

(17) **O menino tímido** dançou com a **garota animada**.

(18) **O menino ficou animado**; **O menino** dançou com a garota, **animado**.

Em suma, o gênero expresso no determinante e nos elementos que mantêm relações de concordância com o nome/DP é a fonte crucial de informação para a identificação do gênero de um nome novo (com gênero intrínseco) pela criança e para sua incorporação no léxico. A informação de gênero expressa no determinante e nos elementos em concordância no DP também é crucial para a identificação de referentes animados do sexo feminino, o que possibilita a representação do gênero opcional como conhecimento linguístico.

Assim sendo, no que concerne à aquisição de gênero gramatical, é necessário que a criança identifique as classes ou valores do gênero presentes na língua; atribua cada nome a uma classe a partir do gênero do determinante; identifique variações na forma dos determinantes de um mesmo nome, assim como a possibilidade de nomes e adjetivos serem flexionados em gênero.

Estudos realizados com crianças em processo de aquisição do português (Corrêa & Name 2003, em PB); Corrêa et al. 2010, em PB e PE) buscaram verificar em que medida a morfologia do determinante é tomada como fonte de informação relativa ao gênero de nomes novos (pseudo-nomes, como *dabo*, *depa*, *tobe*), independentemente da vogal temática do nome. Ambos os estudos citados utilizaram a técnica de produção elicitada. A criança teria de responder a uma pergunta para a identificação de um ser inventado, previamente apresentado, no contexto de uma pequena história.

No estudo inicial (Corrêa & Name 2003), os pseudo-nomes foram utilizados para seres inanimados, i.e. com gênero intrínseco (Ex: *Isso aqui é uma depa*; *Olha, aqui tem uma depa também*; *As depas estão juntas no armário*; *Oh! Uma depa sumiu! Que depa sumiu?*) (cf. Figura 1).¹² O gênero sinalizado pelo determinante foi uma variável manipulada (masculino ou feminino). Outra variável manipulada foi a congruência entre o gênero do determinante e a vogal temática dos pseudo-nomes: (condição congruente: pseudo-nomes em *-o* ou em *-a* com determinantes

¹² Figura publicada originalmente em Corrêa & Name (2003). Utilização autorizada pelos editores.

masculinos e femininos, respectivamente (o dabo; a bida); não-congruente: terminação em *-a* ou *-o* nos pseudo-nomes com determinantes masculinos e femininos, respectivamente (o daba; a bido); neutra: terminação *-e* no pseudo-nome, com determinantes masculinos e femininos (o tobe/ a tobe). Buscava-se, com isso, verificar em que medida a criança faria uso de uma estratégia para a identificação do gênero de nomes novos, baseada na tendência de nomes masculinos terem *-o* como vogal temática e nomes femininos terem vogal temática *-a*, como havia sido proposto com base em estudos realizados em francês e em espanhol (Karmiloff-Smith 1979; Pérez-Pereira 1991).

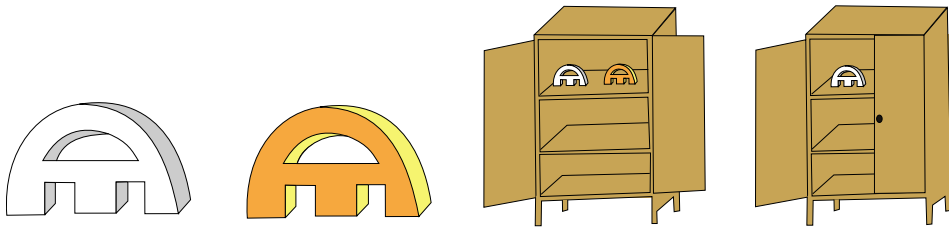


Figura 1: Ilustração do tipo de material usado com referente inanimado:
Que depa sumiu?

A tarefa experimental exigia que a criança produzisse um DP fazendo referência a um dos objetos do mesmo tipo apresentado, distinguindo-o por meio de um adjetivo, como *A depa amarela* (ou simplesmente *A amarela*), ou de forma dêitica, por meio de um pronome demonstrativo *Esta/essa/aquela depa* (ou simplesmente *Esta/essa/aquela*). Logo, em todas as possíveis respostas verbais, o gênero do pseudo-nome teria de ser codificado. O número de respostas em que o gênero sinalizado pelo determinante foi mantido (resposta-alvo) foi então tomado como informativo do quanto a criança tomaria a concordância no DP como instrumento na identificação do gênero de nomes novos.

Neste estudo, 30 crianças de 2;2 (2 anos e 2 meses) a 5;4 anos de idade foram divididas em dois grupos com idade média de 2;7 e 4;6. A média das respostas-alvo foi consideravelmente alta em ambas as faixas etárias e apenas o grupo de crianças mais velhas foi impactado pela correlação entre a terminação do nome e o gênero expresso no determinante, com menor número de acertos na condição de não-congruência. Assim sendo, podemos constatar que a identificação do valor do traço sintático de gênero em um elemento funcional, o D (tomado como núcleo do sintagma que define o domínio nominal) e sua atribuição ao nome, sob o pressuposto de que há concordância entre os elementos do DP, permite que o gênero intrínseco de nomes novos seja identificado desde tenra idade. Cri-

anças mais velhas podem ser afetadas por um possível efeito de analogia, como sugerido com base em outras línguas, mas uma associação entre a forma do determinante e a terminação do nome não é uma estratégia de aquisição.

O segundo estudo citado (Corrêa et al. 2010) fez uso de seres inventados animados (Figura 2).¹³ A criança era solicitada a contar o que tinha acontecido com o objeto/personagem no último quadrinho da tira, fazendo referência a este por meio de um DP definido pleno (Ex. *O daba*), de um pronome pessoal (Ex. *Ele*) ou por meio de um demonstrativo (Ex. *Este*). As variáveis manipuladas foram as mesmas do experimento anterior (gênero, tal como informado pelo determinante) e congruência entre o gênero do determinante e a terminação do pseudo-nome).

Diante de nomes animados, o gênero pode ser, em princípio, tanto intrínseco (tal como em o *bode*, a *ovelha*) quanto opcional (com nome flexionado em gênero, tal como em o *gato/a gat-a*; ou invariável, como em o *tenista/ a tenista*). De qualquer forma, a informação confiável relativa ao gênero está no determinante. Tal como no estudo anterior, o número de respostas em que o gênero expresso no determinante é mantido foi tomado como indicativo do quanto essa informação foi tida como relevante para a criança. Se, contudo, nomes animados favorecem a expectativa de gênero opcional e de que há flexão no nome, então, um efeito da incongruência entre determinante e terminação do nome deveria ser esperado, particularmente no feminino, que é a forma marcada em gênero pelo morfema *-a*.

Os resultados foram semelhantes nas duas variedades do português. Nomes animados tenderam a ser tomados como de gênero opcional pelas crianças, ou seja, nomes animados suscitaram o entendimento que categorias de gênero podem definir classes conceituais. Os nomes masculinos tiveram maior número de respostas-alvo, o que sugere que o gênero opcional feminino impõe maior demanda ao processamento e à aquisição da linguagem. Quando não havia congruência entre o gênero feminino do determinante e a terminação do nome, houve maior número de erros, particularmente no grupo de crianças mais novas. Também foi observado que a terminação do nome incongruente tendeu a ser alterada em função do gênero do determinante (*a depo para a depa*). A terminação em *-a*, em nomes animados, parece, portanto, ser percebida como indicativa de flexão de gênero no nome. Crianças mais velhas tiveram melhor desempenho, particularmente no que diz respeito aos nomes femininos.

Esses resultados revelam que, já aos 2 anos de idade, crianças diferenciam gênero intrínseco de opcional. Cada um pode ser representado diferentemente em sua língua interna – o primeiro como uma propriedade do nome, o segundo como

¹³ Figura publicada originalmente em Corrêa et al. (2010). Utilização autorizada pelos editores.

uma categoria funcional Gen, com a qual o nome concorda. De todo modo, tanto para o gênero intrínseco quanto para o gênero opcional, a criança toma a informação de gênero do determinante e parte do pressuposto de que há concordância entre os elementos que compõem o DP.

No caso do número gramatical, também é possível distinguir número intrínseco (como em *férias, costas, óculos, calças* plural em PE)¹⁴, e número opcional que, diferentemente do gênero, é preponderante na língua. No caso do número opcional, este varia em função do referente do DP (referente unitário, singular (*um/o livro*); referente múltiplo, plural (*um/uns livros*)). Logo, assim como no gênero opcional, pode-se assumir que uma categoria funcional Num, projetada como NumP, define o número do DP (Ritter 1991; Augusto et al. 2006).

Crianças que adquirem o PE encontram informação de número no determinante e em todos os elementos sintaticamente relacionados a este (nome, adjetivo). Crianças que adquirem o PB encontram informação de número necessariamente no determinante. Dependendo da variante social /regional a que estejam predominantemente expostas terão maior ou menor contato com a expressão sistemática da concordância nos demais elementos que compõem o DP. Em um estudo conduzido em PB, constatou-se que crianças expostas predominantemente à variante padrão, com idade média de 22 meses, interpretam, de forma semelhante, como DP plural, sintagmas como os dabos/ os dabo, em que o pseudo-nome apresenta-se flexionado e não flexionado.

A tarefa consistia na identificação de imagens correspondentes a um DP complemento de verbo, contendo um pseudo-nome, em um comando dado por um fantoche: *Mostra os dabos pro Dedé!* Esse comando foi variado de forma a criarem-se diferentes condições experimentais (i) DP com marca morfológica de plural (-s) no D e no nome (forma padrão no PB e no PE), (ii) marca morfológica de plural apenas em D (variante atestada no PB), (iii) marca morfológica de plural apenas no nome (possível expressão de plural em línguas naturais, que é agramatical em PB e PE),¹⁵ (iv) marca morfológica de plural apenas no interior do nome (infixo) (também agramatical no PB e PE). A forma singular foi usada como controle.

(19) *Mostra os dabos/os dabo/o dabos/o dasbo/ o dabo pro Dedé.*

¹⁴ Em PB, *férias* tem número intrínseco plural; coexistem as formas singular e plural *o/os óculos*; e as formas plural *as calças* e *as costas* admitem a variação a calça e minha costa, em algumas variantes e/ou contextos.

¹⁵ Ainda que agramatical, há evidência de produção desse tipo de expressão morfológica de número na produção inicial de uma criança falante de PB, acompanhada dos 1;8 aos 3;2 anos de idade (Lopes 2004; Simioni 2006).

O material visual apresentava 4 figuras: uma com mais de um objeto inventado (alvo da resposta decorrente da interpretação do DP como plural); duas com um objeto ou personagem inventado em cada uma, e outra com um objeto conhecido (como bola) (cf. Fig. 3).

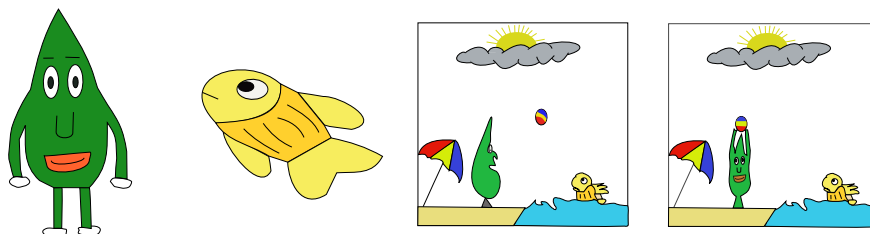


Figura 2: Ilustração do tipo de material usado com referente animado: *Quem pegou a bola?*

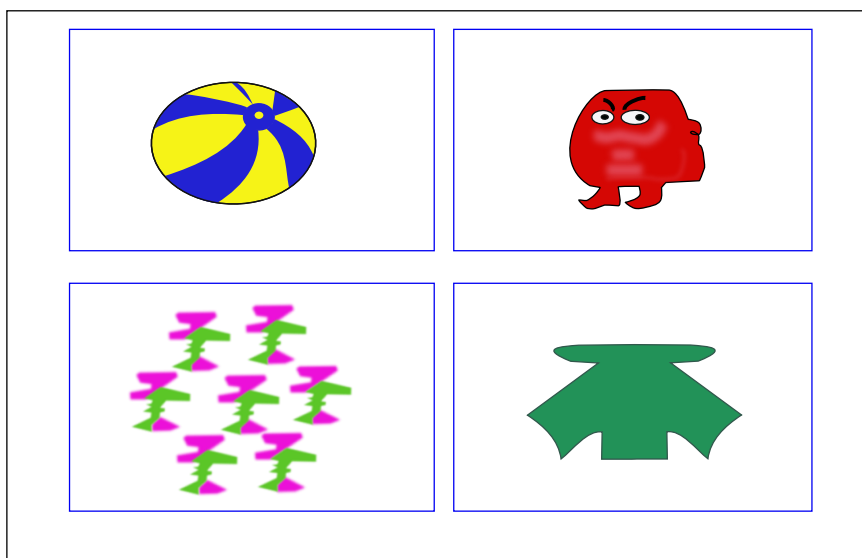


Figura 3: Ilustração do tipo de material utilizado em experimento sobre a compreensão de sintagmas no plural

O experimento conduzido em PB (Corrêa et al. 2005), com 18 crianças com idade média de 22 meses, indicou que as crianças brasileiras são capazes de identificar a informação relativa a número no DP, esteja esta expressa no determinante e no nome, ou apenas no determinante (61,1% de acertos nas condições padrão e

não-padrão do PB). A compreensão do DP plural mostrou-se mais custosa do que do singular (87,1% de acertos). As formas agramaticais apresentaram percentuais de escolha da figura-alvo consideravelmente mais baixos.

Este estudo foi replicado em PE (Castro & Ferrari-Neto 2007), com 15 crianças (idade média de 26 meses). Houve maior número de respostas-alvo (figura plural) na condição em que o morfema de plural está presente tanto no determinante quanto no nome (76,6%) em comparação com a marcação de plural exclusiva no determinante (46,6%). De forma semelhante às crianças que adquirem o PB, um baixo número de respostas alvo foi obtido nas condições agramaticais. Desse modo, o PE parece confirmar que D desempenha papel relevante para a identificação do número gramatical e que, aos dois anos de idade, as crianças já reconheçam a forma redundante característica dessa variante da língua, como a realização do número na língua em aquisição (*os dabos*).

Em línguas como o inglês, a expressão morfológica de número no DP se apresenta no nome, em pronomes demonstrativos (*This/These; That/Those*) e quantificadores (*some; all*). Artigos são invariáveis. Observa-se que a expressão do número no DP, quando exclusiva no nome, acarreta dificuldade para crianças de dois anos, de forma razoavelmente independente da língua-alvo.

Em experimento conduzido por meio da técnica da fixação preferencial do olhar, verificou-se que crianças que adquirem inglês olham mais prontamente para o alvo quando a distinção singular-plural é expressa morfológicamente no verbo e no quantificador, além do nome. Ou seja, o mapeamento de *blickets* em uma figura deu-se mais prontamente diante de instruções tais como *Look, there are some blickets/Look, there is a blicket*, do que *Look at the blickets/Look at the blicket* (Kouider et al. 2006). Assim sendo, a visibilidade da informação gramatical em elementos de uma categoria funcional parece contribuir para a sua identificação.

É interessante observar que dados da produção da fala sugerem que a aquisição de número no português é mais tardia do que os dados da compreensão sugerem. Em coleta longitudinal da produção de duas crianças de 24 a 28 meses, em aquisição do PB (Ferrari-Neto 2003), não foi encontrada evidência de marcação de número em D. Evidência dessa marcação, em variante padrão e não padrão do PB, foi constatada na produção de uma criança a partir de 32 meses de idade (Simioni 2006).

Essa discrepância pode ser devida às demandas linguísticas e/ou cognitivas decorrentes da codificação da referência a elementos múltiplos na produção da fala. O uso de dados da percepção e da compreensão por parte de crianças em tenra idade são, portanto, particularmente reveladores de etapas iniciais do processo

de especificação de informação pertinente ao domínio nominal da sintaxe. Vimos que esse processo faz uso da percepção de informação sistemática (na morfologia), tomada como indicativa de informação gramaticalmente relevante assim como do pressuposto de que há concordância entre os elementos que compõem o sintagma delimitado.

6 A aquisição de pessoa e a concordância sujeito-verbo

Em português, assim como em várias línguas ocidentais, o verbo expressa concordância de número e pessoa com o DP sujeito. A aquisição de *pessoa*, como um traço formal (propriedade gramatical), em línguas em que se observa concordância de pessoa e número entre um DP sujeito e o verbo, irá requerer (i): a identificação da variação de pessoa no DP sujeito – o que se realiza no sistema pronominal (1ª, 2ª e 3ª pessoa – em princípio, quem fala; com quem se fala; de quem se fala, com formas que podem variar em função de número); e (ii) reconhecimento da expressão morfológica da concordância sujeito e verbo, neste último.

Em inglês, por exemplo, a expressão da concordância sujeito-verbo se reduz à forma *-s* na 3ª pessoa do singular de verbos em geral, no presente do indicativo (um tempo não marcado) e às variações na forma dos verbos *be* e *have*, que também atuam como auxiliares (1ª e 3ª pessoas do singular diferentes entre si e das demais pessoas, no presente e no passado no caso de *be*; 3ª pessoa do singular do presente, no caso de *have*), o que faz prever um processo relativamente custoso em relação a (ii) (ainda que a distinção da 1ª e da 3ª pessoas em verbos auxiliares possa facilitar seu reconhecimento).

Em línguas de morfologia rica, a criança pode, por outro lado, desde cedo perceber que raízes verbais não se apresentam de forma isolada na língua, como acontece no inglês. Em italiano e PE, por exemplo, há seis formas específicas para pessoa/número acopladas ao verbo no presente do indicativo, sendo a 3ª pessoa do singular não marcada (*-o; -i; -o; -mo; -te; -no* (It.); *-o; -s; -o; -mos; -is; -m* (Port)). Considerando-se que as formas verbais regulares incluem uma vogal temática e podem ainda variar em tempo, aspecto e modo, a criança desde cedo pode perceber a impossibilidade de raízes verbais ocorrerem, sem que, pelo menos, a vogal temática a esta se acople (como na 3ª pessoa do singular, do presente do indicativo, ele cant-*a*), o que pode ser um fator decisivo para o reconhecimento da expressão morfológica de concordância sujeito-verbo na língua.

Observa-se que, mesmo em muitas variedades do PB, em que o contraste número-pessoa no verbo reduz-se a duas ou a quatro formas (1ª, 3ª pessoa; singu-

6 Primeiros passos na aquisição da sintaxe: o sintagma nominal

Tabela 1: Realização morfológica de pessoa e número no verbo em variedades do português

Número	Pessoa	Forma verbal – PE	Forma verbal – PB
Singular	1ª EU	Cant- o	Cant- o
	2ª (direta) TU	Canta- s	Canta- s – em poucas variedades Canta- Ø – em variedades regionais e sociais, ou em registro informal Ausente (substituída pela 2ª pessoa indireta)
	2ª (indireta) Você	Canta- Ø	Canta- Ø – variante padrão e amplamente utilizada
	3ª Ele/Ela	Canta- Ø	Canta- Ø
Plural	1ª Nós	Canta- mos	Canta- mos – variante padrão Canta- Ø – variante não-padrão
	1ª (informal) A gente	Canta- Ø Canta- amos	Canta- Ø Canta- amos – variante não padrão
	2ª (direta) Vós	Canta- is	Ausente
	2ª (indireta) Vocês	Canta- m	Canta- m – variante padrão Canta- Ø – variante não padrão
	3ª Eles/Elas	Canta- m	Canta- m – variante padrão
			Canta- Ø – variante não-padrão

lar/plural), em comparação com a variedade padrão do PE (cf. Tabela 1),¹⁶ a criança pode, desde cedo, perceber que raízes verbais não se apresentam de forma isolada na língua, como acontece no inglês. Em estudo conduzido por meio do paradigma da escuta preferencial com crianças que adquirem o PB, constatou-se que, por volta dos 10 meses de idade, crianças são capazes de perceber alterações fonológicas na morfologia verbal, em contraste com alterações semelhantes em raízes nominais, o que indica que já segmentam a forma verbal em raiz e afixos (Bagetti & Corrêa 2011).

¹⁶ Maior incidência de formas tais como *A gente está/estamos cansado*; *A gente está/estamos cansados*; *A gente está/estamos cansada*; *A gente está/estamos cansadas* em PE do que em PB foi reportada em Martoculio et al. (2013) (cf. Vieira & Brandão 2014).

Diante das variações entre línguas, seria esperado que as distinções de pessoa/número como expressão de concordância no verbo fossem mais prontamente identificadas em línguas de morfologia rica do que em línguas com poucas distinções morfológicas, como o inglês. Dados da aquisição da linguagem sugerem ser este o caso.

No inglês, crianças de 19 meses estranham a ausência da expressão de concordância, *-s* no verbo (possivelmente em função de sua considerável recorrência) (Soderstrom et al. 2002). O uso produtivo da marca de concordância em verbos desconhecidos pode ser constatado em crianças de 2;6 meses a 3 anos, em estudo que fez uso de treinamento (Theakston et al. 2003). É, contudo, apenas aos 4 anos de idade que o número de ocorrências do morfema de 3ª pessoa singular em contexto obrigatório parece alcançar 90% das respostas em tarefa de produção elicitada (Rice & Wexler 2002), o que tem certa correspondência com a ocorrência do morfema de plural no nome, nos dados de Brown (Estádios IV e V – a partir de 3;5 anos) (Brown 1973).

Dados da produção espontânea de crianças que adquirem o italiano, por sua vez, revelam que a morfologia verbal de pessoa singular no presente do indicativo aparece no que seriam os Estádios I e II de Brown. Na aquisição do PE, o contraste entre primeira e terceira pessoa do singular na concordância sujeito-verbo foi constatado na fala de crianças de 1;10 a 2;7 meses (Gonçalves 2004), novamente bem antes do que se observa no inglês. No que concerne ao PB, um estudo longitudinal de duas crianças revelou que após um período de flutuação entre a concordância entre DP-sujeito e verbo, o contraste entre 1ª e 3ª pessoa torna-se estável aos 23 meses (1;11 meses) (Martins 2007).

Nem sempre, contudo, evidência de concordância na fala implica que a criança tenha habilidade de fazer uso exclusivo da informação veiculada na desinência verbal na interpretação da sentença. Em estudo conduzido em inglês (Johnson et al. 2005), estímulos do tipo *Show me the picture where...the duck swim (-s) in the water* foram utilizados. Note-se que o número gramatical do sujeito fica indiferenciado pelo fato de o verbo ter /s/ como a consoante inicial (*the ducks swim* ou *the duck swim*). Assim sendo, é a presença do morfema *-s* no verbo que dissolve a ambiguidade. Os resultados sugerem que apenas aos 5–6 anos de idade, crianças atentam para a pessoa do verbo como fonte de informação para o número do sujeito.

Em experimento conduzido em português, com crianças em processo de aquisição de PB, buscou-se verificar em que elemento do par DP-verbo a informação de pessoa estaria mais saliente (Martins 2007; Corrêa & Martins 2008). Para isso, 26 crianças de 3 e de 5 anos participaram de uma tarefa em que deveriam entre-

gar um brinquedo a um de dois fantoches, com base no que eles diziam, e foram alertadas de que eles não sabiam falar muito bem.

Quatro condições experimentais foram criadas em função da manipulação de pessoa (1ª e 3ª) e de congruência entre DP e verbo (congruente, quando a forma verbal corresponde à pessoa expressa no DP sujeito; incongruente, quando para sujeito em 1ª pessoa tem-se a forma verbal da 3ª pessoa e vice-versa). Por exemplo, nas condições congruentes, um fantoche dizia *Eu quero esse carro* ou *Ele quer esse carro*, para que a criança entregasse um carrinho a um dos dois fantoches. Nas condições incongruentes, o fantoche dizia *Eu quer esse carro* ou *Ele quero esse carro*.

Considerou-se como resposta-alvo aquela em que a criança entrega o brinquedo ao fantoche referente do DP sujeito (*eu*, para o que fala; *ele* para o outro). Os resultados revelaram que as condições congruentes, como pode ser antecipado, têm maior número de respostas-alvo, que aumenta com a idade. Quanto ao efeito de pessoa, a 1ª pessoa mostrou-se mais fácil de ser interpretada do que a 3ª, tanto nas condições congruentes quanto nas incongruentes, possivelmente devido a seu caráter dêitico e à disponibilidade dessa informação na terminação do verbo flexionado. A condição *Eu quer*, teve um alto número de respostas-alvo, o que indica que *pessoa* foi interpretada no DP sujeito, admitindo-se a forma não marcada (ou *default*) do verbo. Já a condição *Ele quero* mostrou-se a mais difícil, com respostas-alvo no nível de chance mesmo no grupo de 5 anos. A expressão morfológica de 1ª pessoa no verbo é, portanto, tão informativa quanto o pronome-sujeito (Martins 2007; Corrêa & Martins 2008).

Em suma, DPs codificam informação necessária ao estabelecimento da referência – pessoa (do discurso), número opcional, gênero opcional, assim como informação pertinente à classificação de nomes em classes de gênero. A identificação de traços opcionais (que remetem a propriedades do referente do DP) deve acarretar a representação de categorias funcionais específicas, como GenP e NumP. A criança torna-se sensível às variações morfológicas sinalizadoras de concordância no âmbito do DP e das relações sujeito-verbo e busca interpretá-las sob o pressuposto de que itens lexicais relacionados estruturalmente em sintagmas compartilham traços. O processo de aquisição do que há de específico na língua requer, portanto, que operações sintáticas sejam postas em execução tão logo os elementos do léxico em constituição possam ser diferenciados em funcionais (classe fechada) e lexicais (classe aberta).

7 A expressão morfológica da concordância no caso de perturbação da linguagem

A expressão morfológica da concordância no DP mostra-se reveladora no que diz respeito ao comprometimento linguístico em crianças, particularmente ao que vem sendo denominado *Perturbação Específica da Linguagem* (PEL - em Portugal) ou Déficit/Distúrbio Específico da Linguagem (DEL - no Brasil), correspondentes a *Specific Language Impairment* (SLI) do inglês. Essa condição caracteriza-se por um comprometimento no nível da linguagem que pode afetar apenas a produção ou ambas modalidades, produção e compreensão, sem que haja qualquer outro comprometimento de nível cognitivo, neurológico ou psicológico, que possa justificar o atraso linguístico (Leonard 1995). O tipo de comprometimento apresentado varia de criança para criança, podendo afetar uma ou mais áreas da linguagem: léxico, fonologia, morfossintaxe ou pragmática (Friedmann & Novogrodsky 2008).

No que diz respeito a manifestações de PEL/DEL no âmbito do DP, a ausência ou opcionalidade da morfologia referente a gênero, número e pessoa tem sido reportada. A omissão de determinantes também tem sido observada com mais frequência em crianças com suspeita ou diagnóstico de PEL/DEL do que aquelas com desenvolvimento típico (Leonard 1995 – inglês; Roulet 2007 – francês; Bortolini et al. 1997 – italiano; Branco et al. 2011 - PE; Silveira 2002; 2006 - PB). Em termos dos erros de concordância de gênero e número no DP, emissões atípicas são reportadas, particularmente em línguas românicas, de morfologia rica, embora omissões do sufixo *-s* que marca a forma plural também sejam comuns em inglês (Leonard 1995). Abaixo encontram-se alguns exemplos de alterações morfossintáticas sugestivas de PEL/DEL no português (Castro & Gomes 2000; Haeusler 2005):

(20) Este escada é muito alto (D., 4 anos)

(21) Esta é mais pequenino (D., 4 anos)

(22) uma porca gordo

(23) O dois casas (D., 4 anos)

Para o PB, uma bateria de testes acerca da concordância de gênero foi aplicada a um grupo de seis crianças com suspeita de PEL/DEL (Silveira 2006), cujos resultados indicam que o desempenho das crianças com comprometimento é, de maneira geral, pior que o das crianças com desenvolvimento típico, emparelhadas

por idade, embora haja no grupo experimental alta variabilidade nos resultados individuais. Quanto a *número*, onze crianças com suspeita de PEL/DEL falantes de PB foram testadas em tarefas de compreensão com nomes e pseudo-nomes flexionados e não-flexionados em número, com e sem adjetivos. Seu desempenho foi inferior ao das crianças com desenvolvimento típico, sendo que a presença do adjetivo pareceu dificultar ainda mais a tarefa para o grupo de crianças com comprometimento (Bomfim 2008).

Em PE, um grupo de oito crianças com diagnóstico ou suspeita de PEL/DEL foi exposto, no que concerne à concordância de gênero e de número no DP, a tarefas de compreensão e de produção (Branco et al. 2011). Para compreensão, foi utilizada a técnica de seleção de imagens com uso de pseudo-nomes para objetos inventados (adaptada de Corrêa et al. 2010). Na produção elicitada, foram utilizados nomes e pseudo-nomes (adaptada de Silveira 2006). Os resultados vão na mesma direção daqueles obtidos no PB, indicando-se uma maior dificuldade frente a nomes novos e salientando-se uma considerável variabilidade individual nos resultados.

De maneira geral, os resultados parecem indicar que, embora o desempenho de crianças com PEL/DEL indique problemas tanto com gênero quanto com número, isso não significa que os valores desses traços não tenham sido identificados. No entanto, não é claro em que medida o procedimento de aquisição dessa informação linguística é semelhante ao de crianças com desenvolvimento típico, ou seja, com base no pressuposto de que há concordância entre elementos sintaticamente relacionados.

Em relação à flexão de pessoa/número no verbo, dados do inglês indicam a presença regular de formas infinitivas e omissão do morfema da terceira pessoa do singular *-s*. Essa ausência ou opcionalidade de marcas morfológicas de concordância no verbo são também atestadas no alemão (Clahsen et al. 1997).

Em PB, uma investigação conduzida com duas crianças com suspeita de PEL/DEL, nos moldes de Corrêa & Martins (2008), apresentado na seção anterior, verificou que essas crianças apresentavam dificuldades na compreensão de informação relativa à 3ª pessoa, particularmente à 3ª pessoa do plural, ainda que com idade superior a 5 anos.

O processo de aquisição e de acesso à informação gramatical relativa a propriedades definidoras do domínio nominal (gênero, número e pessoa), encontram-se, portanto, vulneráveis em casos sugestivos de PEL/DEL.

8 Para concluir

O tradicional sintagma nominal (SN), hoje caracterizado como sintagma determinante (DP), em teorias generativistas, é peça crucial para a referência, sendo fundamental para a expressão do pensamento na relação entre linguagem e mundo. Na aquisição da linguagem, cabe à criança identificar o que há de específico dos constituintes nominais da língua e de sua relação com outros constituintes da oração. Vimos que a aquisição de informação gramatical pertinente ao domínio nominal tem início em tenra idade, que ao fim do primeiro ano de vida, constituintes nominais já são reconhecidos pela criança, mas que o processo de aquisição irá requerer a progressiva especificação de propriedades sintáticas no léxico em aquisição. Buscamos explicar esse processo como decorrente de uma faculdade de linguagem que possibilita o reconhecimento de padrões recorrentes nos dados da fala como informação gramaticalmente relevante e o uso de operações sintáticas comuns às línguas humanas como instrumento para a identificação das propriedades específicas relativas a gênero, número e pessoa, que são os traços sintáticos característicos do domínio nominal da língua.

Nota

Este capítulo foi elaborado durante a vigência do projeto 308874/2011-0 (PQ-CNPq) (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), da primeira autora.

Referências

- Abney, Steven P. 1987. *The English noun phrase in its sentential aspect*. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology tese de doutoramento.
- Augusto, Marina R. A. & Leticia M. Sicuro Corrêa. 2005. Marcação de gênero, opcionalidade e genericidade: processamento de concordância de gênero no DP aos dois anos de idade. *Revista Lingüística* 1. 207–234.
- Augusto, Marina R. A., José Ferrari-Neto & Leticia M. Sicuro Corrêa. 2006. Explorando o DP: a presença da categoria NumP. *Revista de Estudos Linguísticos* 14(2). 245–275.
- Bagetti, Tatiana & Leticia M. Sicuro Corrêa. 2011. The early recognition of verb affixes: Evidence from Portuguese. Em *Proceedings of the 35th Annual Boston University Conference on Language Development*, 450–462.

- Bloom, Lois. 1993. Grammatical continuity in language development: The case of subjectless sentences. *Linguistic Inquiry* 24(4). 721–734.
- Bomfim, Wanderson F. 2008. *Problemas de linguagem em crianças com dificuldades de aprendizagem (DAP): Relações com o Déficit Específico da Linguagem (DEL) e o desenvolvimento da Teoria da Mente*. Rio de Janeiro: PUC-RIO tese de mestrado.
- Bortolini, Umberta, Maria Cristina Caselli & Laurence B. Leonard. 1997. Grammatical deficits in Italian-speaking children with specific language impairment. *Journal of Speech and Hearing Research* 40. 809–820.
- Bowerman, Melissa. 1973. *Early syntactic development: A crosslinguistic study with special reference to Finnish*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Braine, Martin. 1963. The ontogeny of English phrase structure: The first phase. *Language* 39. 1–13.
- Branco, Telka, Moreira, Miriam & Ana Castro. 2011. Sobre concordância nominal em crianças com Perturbação Específica do Desenvolvimento da Linguagem. Em Armanda Costa, Pilar Barbosa & Isabel Falé (eds.), *Textos Selecionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 111–124. Lisboa: APL.
- Brown, Roger W. 1973. *A first language: The early stages*. London: Allen & Unwin.
- Castro, Ana & José Ferrari-Neto. 2007. Um estudo contrastivo do PE e do PB com relação à identificação de informação de número no DP. *Letras de Hoje* 42(1). 65–76.
- Castro, São Luís & Inés Gomes. 2000. Dificuldades na linguagem falada. Em São Luís Castro & Inés Gomes (eds.), *Dificuldades de aprendizagem da língua materna*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Chomsky, Noam. 1965. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Chomsky, Noam. 1981. *Lectures in government and binding*. Dordrecht: Foris.
- Chomsky, Noam. 1995. *The minimalist program*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Chomsky, Noam. 2005. Three factors in language design. *Linguistic Inquiry* 36(1). 1–22.
- Clahsen, Harald. 1990. Constraints on Parameter Setting: a grammatical analysis of some acquisition stages in German child language. *Language Acquisition* 1(4). 361–391.
- Clahsen, Harald, Susanne Bartke & Sandra Goellner. 1997. Formal features in impaired grammars: A comparison of English and German SLI children. *Journal of Neurolinguistics* 10. 151–171.

- Coene, Martine & Yves D'hulst. 2003. *From NP to DP. Vol. 1: The syntax and semantics of noun phrases*. Amsterdam: John Benjamins.
- Corbett, Greville. 2000. *Number*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Corrêa, Leticia M. Sicuro. 2014. Interface Information and Computational Cost: An Integrated Procedural Approach to Language Acquisition with Some Implications for SLI. Em João Costa, Alexandra Fiéis, Maria João Freitas, Maria Lobo & Ana Lúcia Santos (eds.), *New directions in the acquisition of Romance languages. Selected proceedings of the Romance Turn V*, 2–34. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Corrêa, Leticia M. Sicuro, Marina R. A. Augusto & Ana Castro. 2010. Agreement and markedness in the ascription of gender to novel animate nouns by children acquiring Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics* 10(1). 121–142.
- Corrêa, Leticia M. Sicuro, Marina R. A. Augusto & José Ferrari-Neto. 2005. The early processing of number agreement in the DP: Evidence from the acquisition of Brazilian Portuguese. Em David Bamman, Magnitskaia Tatiana Zaller & Colleen Zaller (eds.), *A supplement to the Proceedings of the 30th Boston University conference on language development*. <http://www.bu.edu/buclid/files/2011/05/30-CorreaBUCLD2005.pdf>.
- Corrêa, Leticia M. Sicuro & Lia Martins. 2008. A identificação dos traços formais de pessoa e número na concordância sujeito verbo no português brasileiro (PB). Em *XV ALFAL*, 313.
- Corrêa, Leticia M. Sicuro & Maria Cristina L. Name. 2003. The processing of determiner - noun agreement and the Identification of the gender of nouns in the early acquisition of Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics* 2(1). 19–43.
- Faria, Isabel Hub. 1993. A Aquisição da noção de “Agente” e a produção de sujeitos sintáticos por crianças portuguesas até aos dois anos e meio. *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 10. 16–50.
- Ferrari-Neto, José. 2003. *Reconhecimento do número gramatical e processamento da concordância de número no sintagma determinante na aquisição do português brasileiro*. Rio de Janeiro: PUC-RIO tese de mestrado.
- Friedmann, Naama & Rama Novogrodsky. 2008. Subtypes of SLI: SySLI, PhoSLI, LeSLI, and PraSLI. Em Anna Gavarró & Maria João Freitas (eds.), *Language acquisition and development: Proceedings of GALA 2007*, 205–217. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Gentner, Dedre & Lera Boroditsky. 2001. 8 Individuation, relativity, and early word learning. *Language, culture and cognition* 3. 215.
- Gonçalves, Fernanda. 2004. *Riqueza morfológica e aquisição da sintaxe em português europeu e brasileiro*. Évora: Universidade de Évora tese de doutoramento.

- Greenberg, Joseph H. 1978. How does a language acquire gender markers? Em Joseph H. Greenberg (ed.), *The Universals of human language*, vol. 3, 47–82. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Guilfoyle, Eithne & Máire Noonan. 1988. *Functional categories and language acquisition*. Paper presented at the 13th Annual Boston University Conference on Language Development.
- Haeusler, Olivia. 2005. *A estrutura argumental de verbos na produção eliciada de crianças com queixas de linguagem e Manifestações do Déficit Especificamente Lingüístico (DEL) no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro tese de mestrado.
- Höhle, Barbara & Jurgen Weissenborn. 2000. The origins of syntactic knowledge: Recognition of determiners in one-year-old German children. Em C. Howell, S. Fish & T. Keith-Lucas (eds.), *Proceedings of the 24th annual Boston University Conference on Language Development*, 418–429. Somerville, MA: Cascadilla Press.
- Höhle, Barbara, Jurgen Weissenborn, Dorothea Kiefer, Antje Schulz & Michaela Schmitz. 2002. The origins of syntactic categorization for lexical elements: The role of determiners. Em João Costa & Maria João Freitas (eds.), *Proceedings of the GALA' 2001 Conference on language acquisition*, 106–111. Lisboa: APL.
- Hyams, Nina. 1992. Morphological development in Italian and its relevance to parameter setting models: Comments on the paper by Pizzuto and Caselli. *Journal of Child Language* 19. 695–709.
- Hyams, Nina. 2001. Now you hear it, now you don't: The nature of optionality in child grammars. Em Anna H.-J. Do, Laura Dominguez & Aimee Johansen (eds.), *Proceedings of the 25th Annual Boston University Conference on Language Development*, 34–58. Somerville, MA: Cascadilla Press.
- Johnson, Valerie E., Jill G. de Villiers & Harry N. Seymour. 2005. Agreement without understanding? The case of third person singular /s/. *First Language* 25(3). 317–330.
- Karmiloff-Smith, Annette. 1979. *A functional approach to child language: A study of determiners and reference*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kouider, Sid, Justin Halberda, Justin Wood & Susan Carey. 2006. Acquisition of English number marking: The singular-plural distinction. *Language Learning and Development* 2. 1–25.
- Kuhl, Patricia K. 2010. Brain Mechanisms in Early Language Acquisition. *Neuron* 67. 713–722.
- Labeaux, David. 1988. *Language acquisition and the form of the grammar*. Amherst, MA: University of Massachusetts Amherst tese de doutoramento.

- Leonard, Laurence B. 1995. Functional categories in the grammars of children with specific language impairment. *Journal of Speech and Hearing Research* 38. 1270–1283.
- Leopold, Werner F. 1949. *Speech development of a bilingual child*. Vol. 4. Evanston, IL: Northwestern University Press.
- Lopes, Ruth. 2003. The Production of subject and object in Brazilian Portuguese by a young child. *Probus* 15. 123–146.
- Lopes, Ruth. 2004. Estágios no processo de aquisição de número no DP do Português Brasileiro. *Letras de Hoje* 39(3). 157–171.
- Marinis, Theodoros. 2000. *The acquisition of the DP in Modern Greek*. Potsdam: University of Potsdam tese de doutoramento.
- Martins, Lia. 2007. *O traço de pessoa na aquisição normal e deficitária do português brasileiro*. Rio de Janeiro: PUC-RIO tese de doutoramento.
- Martoculio, Leonardo, Juliana Vianna & Célia Lopes. 2013. Agreement patterns with a gente in Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics* 12(2). 125–149.
- McNeill, David. 1966. Developmental psycholinguistics. Em Frank Smith & George Armitage Miller (eds.), *The genesis of language: a Psycholinguistic approach*, 15–84. Cambridge, MA: MIT Press.
- Meisel, Jürgen & Natascha Müller. 1992. Finiteness and verb placement in early child grammars: Evidence from simultaneous acquisition of French and German in bilinguals. Em Jürgen Meisel (ed.), *The acquisition of verb placement: Functional categories and V2 phenomena in language acquisition*, 109–138. Dordrecht: Kluwer.
- Morgan, James L. & Katherine Demuth. 1996. *Signal to syntax: Bootstrapping from speech to grammar in early acquisition*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Morgan, James L., Rushen Shi & Paul Allopenna. 1996. Perceptual bases of rudimentary grammatical categories. Em James L. Morgan & Katherine Demuth (eds.), *Signal to syntax: Bootstrapping from speech to grammar in early acquisition*, 263–283. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Name, Maria Cristina L. 2002. *Habilidades perceptuais e lingüísticas no processo de aquisição do sistema de gênero no português*. Rio de Janeiro: PUC-Rio tese de doutoramento.
- Name, Maria Cristina L. 2008. Pistas prosódicas, sintáticas e semânticas facilitadoras da identificação dos elementos das categorias N e ADJ. *Veredas* 2. 1–15.
- Name, Maria Cristina & Letícia M. Sicuro Corrêa. 2003. Delimitação perceptual de uma classe correspondente à Categoria Funcional D: evidências da aquisição do português. *Fórum Lingüístico* 3(1). 55–88.

- Pérez-Pereira, Miguel. 1991. The acquisition of gender: What Spanish children tell us. *Journal of Child Language* 18. 571–590.
- Picallo, M. Carme. 1991. Nominals and nominalization in Catalan. *Probus* 3(3). 279–316.
- Platzack, Christer. 1990. A grammar without functional categories: A syntactic study of early Swedish child language. *Nordic Journal of Linguistics* 13. 107–126.
- Poeppel, David & Kenneth Wexler. 1993. The full competence hypothesis of clause structure in early German. *Language* 69. 1–33.
- Pollock, Jean-Yves. 1989. Verb movement, Universal Grammar, and the structure of IP. *Linguistic Inquiry* 20(3). 365–424.
- Radford, Andrew. 1990. *Syntactic theory and the acquisition of English syntax*. Oxford: Blackwell.
- Rice, Mabel L. & Kenneth Wexler. 2002. *Test of Early Grammatical Impairment*. San Antonio, TX: Psychological Corporation.
- Ritter, Elizabeth. 1991. Evidence for number as a nominal head. *GLOW Newsletter*.
- Roulet, Leslie. 2007. L'accord grammatical de genre dans la dysphasie de développement. *Psychologie française* 52. 55–70.
- Shady, Michelle. 1996. *Infants' sensitivity to function morphemes*. Buffalo, NY: University of Buffalo tese de doutoramento.
- Shafer, Valerie L., David W. Shucard, Janet Shucard & LouAnn Gerken. 1998. An electrophysiological study of infants' sensitivity to the sound patterns of English. *Journal of Speech, Language, Hearing Research* 41. 874–886.
- Silveira, Marisa. 2002. *O déficit especificamente linguístico (DEL) e uma avaliação preliminar de sua manifestação em crianças falantes de português*. Rio de Janeiro: PUCRS tese de mestrado.
- Silveira, Marisa. 2006. A preliminary investigation of grammatical gender abilities in Portuguese-speaking children with Specific Language Impairment. Em Richard Breheny & Mary Pearce (eds.), *Proceedings of the UCLWPL 18*.
- Simioni, Leonor. 2006. Aquisição da concordância nominal de número: um estudo de caso. *Revista de Estudos da Linguagem* 14(2). 539–570.
- Soderstrom, Melanie, Kenneth Wexler & Peter W. Jusczyk. 2002. English-learning children's sensitivity to agreement morphology in receptive grammar. Em B. Skarabela, S. Fish & Anna H.-J. Do (eds.), *Proceedings of the 26th Annual Boston University Conference on Language Development*, 643–652. Cascadilla Press.
- Stern, Clara & William Stern. 1907. *Die Kindersprache: Eine psychologische und sprachtheoretische Untersuchung*. Leipzig: Barth.

- Teixeira, Luciana & Letícia M. Sicuro Corrêa. 2008. Pistas morfológicas e sintáticas na delimitação de adjetivos em relações predicativas e de adjunção na aquisição do Português do Brasil. *Revista da ABRALIN* 7. 495–515.
- Theakston, Anna L., Elena V. M. Lieven & Michael Tomasello. 2003. The acquisition of third person singular verbs in English. *Journal of Speech, Language and Hearing Research* 46. 863–877.
- Vieira, Sílvia R. & Sílvia Brandão. 2014. Tipologia de regras linguísticas e estatuto das variedades/línguas: A concordância em português. *Linguística* 30(2). 81–112.
- Waxman, Sandra R. 2006. Tudo tinha um nome, e de cada nome nascia um novo pensamento: Vínculos entre aprendizagem de palavras e organização conceitual no início da aquisição da linguagem. Em Letícia M. Sicuro Corrêa (ed.), *Aquisição da linguagem e problemas do desenvolvimento linguístico*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio.
- Weissenborn, Jurgen & Barbara Höhle. 2001. *Approaches to bootstrapping: phonological, lexical, syntactic and neurophysiological aspects of early language acquisition*. Amsterdam: John Benjamins.